

UBUNTU:

Experiências em um curso híbrido de formação docente para a educação étnico-racial

UBUNTU:

Experiences in a hybrid teacher training course for ethnic-racial education

UBUNTU:

Experiencias en un curso híbrido de formación de profesores para la educación étnico-racial

UBUNTU:

Quelques expériences dans un cours hybride de formation d'enseignants pour l'éducation ethnico-raciale

Josenilda Rodrigues de Lima

Mestre em Educação, Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, Brasil.

josylima20@hotmail.com



<https://orcid.org/0000-0003-1277-8859>

Zezeito de Araújo

Mestre em História Social, Universidade Federal de Alagoas; Secretaria de Estado da Educação, Alagoas, Brasil.

zezeitoaraujo2014@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0002-3984-4820>

Regina Maria Ferreira da Silva Lima

Mestre em Educação, Universidad Internacional Tres Fronteras - Uninter/Py; Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, Brasil.

regina.silva@sibi.ufal.br



<https://orcid.org/0000-0001-9721-9823>

Denise Aparecida Rocha Silva

Especialista em Gestão em Educação Ambiental, Universidade Federal de Alagoas; Secretaria Municipal de Educação de Maceió, Alagoas, Brasil.

denisesilva@semed.maceio.al.gov.br



<https://orcid.org/0000-0002-6793-1809>

Recebido em: 19/04/2022

Resumo

A lei 10.639/2003 instituiu o ensino de história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares no Brasil. Entretanto, algumas universidades não oferecem este conteúdo em seus cursos de licenciatura, necessitando assim de capacitações como o “Curso Conhecendo a África e fortalecendo nossa identidade”, promovido pela Secretaria Municipal de Educação (Semed)/Maceió, para os/as professores/as da rede municipal, no período de 20 de outubro a 07 de dezembro de 2021. O objetivo deste artigo é relatar a experiência de oferta de três turmas deste curso, na modalidade de ensino híbrido e remoto, com tecnologias digitais. Metodologicamente, descreve-se a experiência, com a reação de cursistas e equipe pedagógica; segue uma abordagem qualitativa, com observação participante; baseia-se em relatos, observações *in loco* e relatórios finais. O curso possibilitou revisão da história, apresentando o continente africano e sua diversidade histórica e cultural e evidenciando a africanidade no estado de Alagoas e também na capital, Maceió. Conclui-se que, além de possibilitar um conhecimento ampliado da diversidade histórica, cultural e linguística da herança africana que compõe a formação social brasileira, desafiou todos a aprenderem também a utilizar tecnologias nas práticas pedagógicas, mostrando que podemos ser Ubuntu mesmo distanciados e nos mais diversos espaços.

Palavras-chave: África, história afro-brasileira, educação étnico-racial, formação docente, interfaces digitais.

Abstract

Law 10.639/2003 instituted the teaching of Afro-Brazilian history and culture in primary and secondary schools, both official and private in Brazil. However, some universities do not offer this content in their degree courses, thus requiring training such as the “Course Knowing Africa and strengthening our identity”, promoted by Municipal Education Secretary (Semed)/Maceió, for teachers of the municipal network, in the period of October 20 to December 7, 2021. The purpose of this article is to report the experience of offering three classes of this course, in the hybrid and remote learning modality, with digital technologies. Methodologically, the experience is described, with the reaction of course participants and the pedagogical team; follows a qualitative approach, with participant observation; it is based on reports, on-site observations and final reports. The course made it possible to review the history, presenting the African continent and its historical and cultural diversity and highlighting Africanity in the state of Alagoas and also in the capital, Maceió. It is concluded that, in addition to enabling an expanded knowledge of the historical, cultural and linguistic diversity of the African heritage that makes up the Brazilian social formation, it also challenged everyone to learn to use technologies in pedagogical practices, showing that we can be Ubuntu even at a distance and in the most different spaces.

Keywords: Africa, Afro-Brazilian history, ethnic-racial education, teacher training, digital interfaces.

Resumen

La ley 10.639/2003 estableció la enseñanza de la historia y la cultura afrobrasileña en las escuelas primarias y secundarias, oficiales y privadas de Brasil. Sin embargo, algunas universidades no ofrecen estos contenidos en sus cursos de graduación, por lo que se requiere una formación como el "Curso Conociendo África y fortaleciendo nuestra identidad", promovido por Secretario Municipal de Educación (Semed)/Maceió, para los profesores de la red municipal, en el período del 20 de octubre al 07 de diciembre de 2021. El objetivo de este artículo es relatar la experiencia de ofrecer tres clases de este curso, en la modalidad de enseñanza híbrida y a distancia, con tecnologías digitales. Metodológicamente, se describe la experiencia, con la reacción de los alumnos y del equipo pedagógico;

sigue un enfoque cualitativo, con observación participante; se basa en informes, observaciones in situ e informes finales. El curso permitió hacer un repaso de la historia, presentando el continente africano y su diversidad histórica y cultural y destacando la africanidad en el estado de Alagoas y también en la capital, Maceió. Concluimos que, además de permitir un conocimiento más amplio de la diversidad histórica, cultural y lingüística de la herencia africana que compone la formación social brasileña, también desafió a todos a aprender a utilizar la tecnología en las prácticas pedagógicas, mostrando que podemos ser Ubuntu incluso a distancia y en los espacios más diversos.

Palabras clave: África, historia afrobrasileña, educación étnico-racial, formación de profesores, interfaces digitales.

Résumé

La loi 10.639/2003 a institué au Brésil l'enseignement de l'histoire et de la culture afro-brésilienne dans les collèges et lycées, publiques ou privés. Néanmoins, quelques universités n'offre cependant pas ce contenu dans ses Licences, et on a ainsi besoin de cours complémentaires comme le « Cours Connaître l'Afrique et fortifier notre identité », mené par le Secrétariat municipal pour l'Éducation de Maceió (Semed) du 20 octobre au 07 décembre 2021, pour les professeur.e.s de la municipalité. Le but de cet article est de faire un rapport de l'expérience de l'offre de trois classes de ce Cours, dans la modalité d'enseignement hybride et à distance, avec des technologies numériques. En ce qui concerne la méthodologie, on décrit l'expérience, avec la réaction de ceux qui ont participé aux cours et de l'équipe pédagogique ; on suit une approche qualitative, avec une observation participante ; et on se base sur des récits, des observations in loco et sur des rapports finaux. Ce cours a possibilité une révision de l'histoire, en présentant le continent africain et sa diversité historique et culturelle, et mettant en évidence l'africanité dans l'État d'Alagoas bien comme à sa capitale Maceió. On conclut que, au-delà de permettre une connaissance plus large de la diversité historique, culturelle et linguistique de l'héritage africain qui compose la formation sociale brésilienne, ce cours a aussi constitué un challenge pour que tous apprennent à utiliser des technologies dans ses pratiques pédagogiques, ce qui montre qu'on peut être Ubuntu même éloignés et dans les plus divers espaces.

Mots-clés: Afrique, histoire afro-brésilienne, education ethnico-raciale, formation d'enseignants, interfaces numériques.

Introdução

Com a publicação da lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, foram obrigados a inserir em seus currículos escolares o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Isso foi resultado dos debates do Movimento Negro (MN) no Brasil que há anos luta contra o racismo e reivindica reconhecimento e valorização das raízes africanas, além da implantação de políticas públicas de reparação.

Como mostra Gomes (2017), o MN, ao longo de sua história, desenvolveu saberes e conhecimentos oriundos das lutas por emancipação e construção de uma sociabilidade que respeite e valorize as diferenças. Apesar de as pessoas negras já lutarem por igualdade, liberdade e respeito desde o período colonial, o MN tem sua origem marcada pelo contexto de surgimento do mito da democracia racial, no início do século XX, com as teorias de Gilberto Freyre. Naquele contexto de pós-abolição e Proclamação da República, fazia-se necessário denunciar o racismo, a discriminação e a segregação racial, com seus efeitos sociais.

O MN surge com a imprensa negra paulista, no final do século XIX e início do século XX. “Os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época” (GOMES, 2017, p. 29). Nesse empenho de desenvolver práticas educativas, destacam-se também a Frente Negra Brasileira (FNB), nos anos de 1931 a 1937, em São Paulo, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), entre 1944 e 1968, no Rio de Janeiro. Estas instituições, além de promover entretenimento, mantinham estabelecimentos de ensino, desenvolviam ações de educação e divulgavam a cultura e herança negra, desconstruindo a visão estereotipada sobre essa população. Enquanto o FNB se instituiu mais como um partido político, ocupando espaços de poder, o TEN alfabetizava seus membros e lutava para que as instituições de ensino público garantissem o acesso das pessoas negras ao sistema de ensino formal (GOMES, 2017).

A preocupação com os processos educativos sempre esteve presente no movimento e seguiu assim ao longo dos anos, mas só obteve alguns avanços reais após a promulgação da Constituição de 1988, quando os temas raciais ganharam importância legislativa, começando pelo preâmbulo da Carta Magna. Mesmo assim, as questões étnico-raciais não compuseram os dispositivos da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1996, necessitando que sua inserção fosse realizada posteriormente pela Lei 10.639/2003.

Incluir essa temática no processo pedagógico é importantíssimo para a construção de uma sociedade que respeite e valorize a diversidade étnico-racial. Entretanto, mesmo após 10 anos de aprovação da lei, algumas universidades e instituições privadas de ensino superior, que são responsáveis por formar os professores da educação básica, ainda não oferecem disciplinas com este conteúdo ou o abordam de forma transversal em alguma disciplina do tronco pedagógico ou específica do respectivo curso de licenciatura. Diante disso, fazem-se necessárias ações como o “Curso Conhecendo a África e fortalecendo a nossa identidade”, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió (Semed/Maceió), para os/as docentes da rede pública municipal, no período de 20 de outubro a 07 de dezembro de 2021.

O objetivo deste artigo é relatar a experiência de oferta de três turmas desse curso, na modalidade de educação híbrida, com atividades remotas, mediada por interfaces digitais. Metodologicamente, descrevemos a experiência, os ambientes virtuais utilizados e a reação e receptividade dos cursistas e da equipe pedagógica; seguimos uma abordagem qualitativa, com observação participante; baseamo-nos em relatos, observações *in loco* e relatórios finais. Inicialmente, no primeiro tópico, discutimos rapidamente sobre a filosofia e ética ubuntu para pensar novas formas de humanismo e combate ao racismo. No segundo tópico, traçamos algumas considerações sobre o ensino de história afro-brasileira e a importância de práticas pedagógicas multiculturais, destacando a particularidade do Estado de Alagoas e sua capital, Maceió. No terceiro tópico, descrevemos a experiência da oferta do Curso e apresentamos os resultados observados. Concluimos que o curso, além de possibilitar um conhecimento ampliado da diversidade histórica, cultural e linguística da herança africana que compõe a formação social brasileira, desafiou todos a aprenderem também a utilizar tecnologias nas práticas pedagógicas, mostrando que podemos ser Ubuntu mesmo distanciados e nos mais diversos espaços.

Ubuntu: filosofia africana para pensar a relação com o outro e a natureza

A pandemia da Covid-19, decretada mundialmente no mês de março do ano de 2020, nos trouxe muitas lições. Dentre elas, a necessidade de se pensar a interligação entre os seres humanos e suas ações entre si e com a natureza. Diante de um ser invisível ao olhar não microscópico, um vírus, os seres humanos viram-se obrigados a se isolarem em suas casas, ao mesmo tempo em que se sentia a necessidade de se estar junto, mostrando como somos seres gregários e precisamos do outro para reafirmar a nossa própria existência.

Contudo, observou-se naquele contexto, um aprofundamento das desigualdades sociais. Além da convivência com a possibilidade de perda da vida em decorrência do vírus, pessoas perderam seus empregos e fontes de renda, comércios foram fechados, observou-se o aumento da fome e miserabilidade, atrelado a uma exacerbação do racismo, pois a maioria da população submetida aos efeitos deletérios da Covid-19 foram os pretos/pardos e pobres no país, como explicam Batista, Proença e Silva (2021). Ressalte-se, entretanto, que essas desigualdades com marcas étnico-raciais sempre compuseram a estrutura da sociedade brasileira, pois todos os dias pessoas pretas e pobres são assassinadas, violentadas e têm seus direitos humanos básicos negados.

Seja aqui ou em outras partes do mundo, as diferenças étnico-raciais sempre são fatores determinantes no acesso ou não aos meios de subsistência e direitos sociais. Isso acontece porque as diferenças não são valorizadas e a humanidade ainda não consegue reconhecer que todos estão conectados e a existência de cada um dialoga com a existência da coletividade. Isso é um dos fundamentos da filosofia Ubuntu, originária dos povos bantu do continente africano e que apresenta uma perspectiva de humanidade descentralizada do individualismo, essência da filosofia europeia. Segundo Cavalcante (2020, p. 190), “A filosofia ubuntu representa um pensamento filosófico de origem dos povos bantus, das filosofias africanas e suas formas de conhecimento de humanidade, de cultura, de história e das formas de relacionamento social entre os povos”.

Ubuntu é uma palavra que tem origem nos idiomas *zulu* e *xhosa* e expressa a ideia de pertencimento humano para tornar-se humano, uma espécie de “Filosofia do Nós” (NASCIMENTO apud CAVALCANTE, 2020, p. 185). Não há como ser sem está conectado com os demais. As pessoas estão conectadas umas com as outras, com a natureza e com o passado. Assim, a filosofia Ubuntu traduz o pensamento de que todos fazem parte de algo maior e coletivo e, em decorrência disso, necessita desenvolver a empatia, o respeito e a solidariedade, como se transcreve a seguir:

Como elemento da tradição africana dos povos bantus, a filosofia ubuntu estabelece reflexões sobre a existência em comunidade e de interdependência na vida política, cultural e social. No pensamento ubuntu existe a necessidade do ser estar inserido em uma comunidade, com uma força vital voltada para si e para os demais. (CAVALCANTE, 2020, p. 187-188).

Nesse sentido, a filosofia Ubuntu nos permite compreender que inexiste a ideia de raças, pois compomos uma mesma raça – a humana – e estamos todos conectados. Por isso, ela é um instrumento de luta contra o racismo, ganhando notoriedade no período de combate ao *apartheid* na África do Sul, através do militante Nelson Mandela. Era preciso que todos

aprendessem a reconhecer a própria humanidade no outro e percebessem que a situação degradante na qual as pessoas negras eram submetidas também atingiria as pessoas brancas e todos perdem com isso. Uma pessoa com ubuntu não consegue ser completa enquanto houver outros em situação de desigualdades.

Assim, ubuntu é também um princípio ético que envolve a capacidade de sentir compaixão, respeito, cuidado com o outro. Cavalcante (2020, p. 190) a define como “[...] uma filosofia africana do humanismo, pelas relações do ser e dos outros de forma coletiva”. A existência e essência de uma pessoa está condicionada à existência e essência da coletividade. Resume-se então na premissa: “Eu sou porque nós somos”. Neste sentido, diferencia-se da premissa individualista “eu penso, logo existo”, da filosofia de René Descartes. O desenvolvimento do pensamento e do conhecimento também depende da interconectividade entre todos.

Como base nessa filosofia e ética ubuntu, que além de descolonizar a produção do conhecimento, apresenta-nos outras formas de pensar a existência humana, foi ofertado o Curso “Conhecendo a história da África e fortalecendo nossa identidade”. Isso ainda em meio aos efeitos da pandemia da Covid-19. Como vimos, ubuntu possui diversos significados, mas também se refere à possibilidade de construção coletiva e solidária, com união de todos/as, destacando a importância do outro na formação de cada ser humano.

Esta palavra foi utilizada desde a abertura do curso até a sua finalização, pois, naquele contexto, se fazia premente a reconstrução coletiva e a compreensão de que as existências estão conectadas entre si, seja pela morte, como no caso de contaminação por um vírus até então desconhecido da comunidade científica, seja para manutenção e sobrevivência humana que, em alguns momentos, exige inclusive a ausência/distanciamento/isolamento. A premissa dessa filosofia dialoga com a formação de professores para uma educação antirracista que possibilite repensar nossas bases filosóficas e desconstrua a forma de se fazer ciência eurocentrada, combatendo o racismo e seus efeitos.

Alguns apontamentos sobre a Educação para a formação étnico-racial

O combate ao racismo implica reconhecer sua existência e formas de funcionamento, materializado na intolerância religiosa, na comparação de pessoas negras com animais, na ridicularização dos fenótipos negróides e nas práticas letais que resultam na morte das pessoas negras todos os dias, no Brasil e no mundo. O estado de Alagoas (Brasil), onde se realizou o curso aqui analisado, por exemplo, lidera o ranking de letalidade da população negra e, segundo dados do Atlas da Violência de 2020, apenas em 2018, a taxa de vitimização do negro foi 17 maior do que um não-negro (ALBUQUERQUE, 2020).

Esta realidade tem relação com as políticas públicas estatais estabelecidas no país, que legitimou por anos práticas de eliminação e controle dos afrodescendentes, além de invisibilizar a discussão e enfrentamento ao racismo, sob o argumento da teoria da democracia racial, propagada no início do século XX, mas com efeitos nefastos até os dias atuais.

Diante disso, reitera-se que práticas pedagógicas multiculturais, que abordem a herança histórica e cultural das populações que compuseram e ainda compõem o Brasil, contribuirão para que crianças pretas, indígenas e brancas cresçam conscientes e sejam capazes de posturas

antirracistas, valorizando a diversidade étnico-racial. Essas práticas requerem análise dos livros didáticos e do currículo escolar, além de produção de materiais e formação de professores.

Neste sentido, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são importantes principalmente porque, como aponta Munanga (2015, p. 20), a história das populações negras e indígenas no Brasil

[...] foi preterida e substituída pela história de um único continente, silenciando a rica diversidade cultural em nome de um monoculturismo, justificado pelo chamado sincretismo cultural ou mestiçagem, quando na realidade o que se ensina mesmo é a Europa com a sua história e cultura.

É urgente discutir esta historicidade e mostrar o protagonismo negro no desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento humano. No entanto, apesar de legislações e documentos oficiais terem estabelecido a obrigatoriedade deste ensino na educação básica, algumas universidades não trazem essa discussão no currículo das licenciaturas, como apontado por Lima (2020). Em sua pesquisa, a autora analisou as grades curriculares de 26 cursos de licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, principal instituição de ensino pública do Estado de Alagoas e responsável por formar a maioria dos professores que atuam nas redes de educação básica.

De acordo com os dados apresentados por Lima (2020), ainda existem cursos que não possuem disciplina específica para discutir sobre as questões étnico-raciais e outros abordam de forma transversal em alguma disciplina do tronco pedagógico ou específico. Apenas 11 cursos, ou seja, 42,3% dos cursos de licenciatura analisados possuem em suas grades disciplina específica sobre esse assunto, são eles: Ciências Sociais; Ciências Sociais EaD; Física EaD; Geografia; História; Letras Português EaD; Letras Inglês EaD; Letras Espanhol EaD; Matemática EaD; Pedagogia e Pedagogia EaD. Nos cursos de Ciências Sociais, Pedagogia e Pedagogia EaD, a disciplina aparece com o nome “Educação e diversidade”. Contudo, em alguns desses cursos, a exemplo de Pedagogia e Pedagogia EaD, a disciplina não é obrigatória, pois compõem a grade eletiva, podendo ser cursada ou não pelo graduando (LIMA, 2020). Por causa dessa ausência, alguns professores não conseguem desenvolver práticas pedagógicas multiculturais na educação básica.

Ressalte-se que a história do Estado de Alagoas se entrelaça com a história da luta da população negra no Brasil, pois aqui se localizava um dos maiores quilombos de resistência negra à escravidão, ocupando uma área que compreendia também parte do território pernambucano (ARAÚJO, 2020). Atualmente, a população alagoana é composta por 68% de pessoas negras (ALAGOAS, 2018) e em todo o Estado há referências da cultura afro-brasileira, seja nas danças, nos costumes cotidianos, nas crenças, na linguagem e em espaços territoriais. Mesmo assim, muitos desconhecem as raízes de sua história, inclusive alguns professores que atuam na educação básica do município de Maceió, capital do Estado e que também compunha parte do território do Quilombo dos Palmares (ARAÚJO, 2020).

O contingente populacional de Maceió atualmente é de 1.031.597 pessoas e, em 2010, sua população negra era de 583.492, sendo 72.142 pretos e 511.350 pardos, totalizando 62,55% da população à época (ALAGOAS, [2021]a). O município possui um índice de pobreza de 58,37% e, segundo dados do IBGE ([2021]), em 2019, o salário médio mensal era de 2,7 salários

mínimos. O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo era de 38,8 %.

Na educação, o município possuía uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, no ano de 2010, de 95%; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública, em 2019, foi de 5,3 e de 4,2 nos anos finais do ensino fundamental. O município possui 5.545 docentes no ensino fundamental e 2.253 no ensino médio (IBGE, [2021]). O número de estabelecimentos de ensino fundamental atualmente é de 534 escolas entre públicas e privadas (ALAGOAS, [2021]b). Na rede pública municipal, atualmente há 71 escolas de ensino infantil, 90 escolas de ensino fundamental e 46 escolas de Educação de Jovens e Adultos (ALAGOAS, [2021]b).

Considerando que as escolas são espaços de materialização de práticas racistas, mas ao mesmo tempo um *locus* de transformação da sociedade, é imperioso uma educação que afirme e revitalize a autoimagem dos povos negros e indígenas, formando professores e alunos numa perspectiva antirracista, com ações como as delineadas no curso ofertado para rede municipal de Maceió, descrito na próxima seção.

Curso “Conhecendo a história da África e fortalecendo nossa identidade”

O Curso “Conhecendo a história da África e fortalecendo nossa identidade” foi uma ação desenvolvida no período de 20 de outubro a 07 de dezembro de 2021, sob responsabilidade do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Diversidade Étnico-Racial (Neder), integrante do Centro Municipal de Formação, na Semed/Maceió. O Neder resultou de formações sobre a temática de Diversidade Étnico-Racial, que vinham sendo realizadas pela Semed/Maceió desde o ano de 1995. Fundado através da Portaria SEMED nº 13 de 23 de maio de 2005, seu principal objetivo é redimensionar a prática educativa de professores e demais profissionais da educação, garantindo a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nas unidades escolares da rede pública de ensino de Maceió, promovendo o reconhecimento e a contribuição das várias raízes étnicas no desenvolvimento sócio, econômico, político, cultural e religioso no cotidiano escolar.

O Curso possuiu uma carga horária de 40 horas e contemplou a formação de três turmas, de professores e coordenadores da rede pública de ensino do município de Maceió, nos turnos: manhã, tarde e noite. Por causa das medidas de distanciamento social, impostas em virtude da Covid-19, desenvolveu-se na modalidade de educação híbrida e remota, através de atividades síncronas, por meio do aplicativo de videochamada Google Meet, e atividades assíncronas, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Google Classroom e outras interfaces digitais. Também foram realizados três encontros presenciais: a aula inaugural no dia 20 de outubro de 2021 na sede da Semed/Maceió; uma aula de campo na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares (AL), no dia 24 de novembro de 2021; e a aula de encerramento, realizada no dia 07 de dezembro de 2021, na sede da Semed/Maceió.

A equipe pedagógica do Curso foi composta por uma coordenadora, integrante da equipe Neder, duas tutoras e um instrutor. As aulas síncronas, via Google Meet, foram ministradas pelo instrutor, com acompanhamento da coordenadora. Coube à tutoria: inserção de materiais

didáticos no AVA Google Classroom e configuração do ambiente para submissão das atividades; acompanhamento dos encontros síncronos/presenciais; tutoria individual de cada cursista e encaminhamento de devolutiva acerca do cumprimento das atividades ou da necessidade da sua realização, ressaltando os prazos, mediando e ampliando os conhecimentos no AVA e através dos grupos de whatsapp. Foram realizadas 10 atividades assíncronas, além da elaboração de um projeto de intervenção/plano de aula com base nos conteúdos do curso, conforme detalhamento no quadro 1.

Quadro 1 - Atividades síncronas e assíncronas do Curso

Data/ Período	Conteúdo	Atividade Síncrona/ Assíncrona	Recurso / Interface Digital
20/10/2021	Aprofundando as questões Étnico Raciais na escola: A importância da Lei 10.639/2003 e a Resolução COMED 03/2017.	1ª Atividade síncrona: Aula inaugural presencial com todas as turmas no auditório da Semed/Maceió	Encontro presencial
20 a 24/10/2021		Atividade assíncrona 1: Fórum sobre análise acerca da lei 10.639/2003	Atividade do tipo “Pergunta simples”, no AVA Classroom
25/10/2021	Diversidade, Igualdade e Equidade na escola	2ª Aula síncrona remota	Google Meet
25 a 26/10/2021		Atividade assíncrona 2: Texto autoral com exemplos sobre como trabalhar com a equidade em situações de desigualdade racial na escola	Atividade para upload de textos no AVA Classroom
27/10/2021	Universo histórico e cultural Africano	3ª Aula síncrona remota	Google Meet
27/10/2021 a 02/11/2021		Atividade assíncrona 3: Criar e postar o link de um padlet contendo: os principais historiadores e filósofos africanos; e os conhecimentos e tecnologias que os africanos criaram para a humanidade.	Padlet e AVA Classroom
03/11/2021	O que você sabe sobre a África? Uma viagem pela história do continente e dos afro-brasileiros	4ª Aula síncrona remota	Google Meet
03 a 04/11/2021		Atividade assíncrona 4: Glossário coletivo com palavras de origem africana	Google Documentos
05/11/2021	O negro na formação do povo brasileiro: Tecnologia –	5ª Aula síncrona remota	Google Meet
05 a 10/11/2021		Atividade assíncrona 5: Pesquisar sobre alguma tecnologia utilizada pelos	Google Desenhos coletivo para

	Artes – Religiosidade – Resistência: coletiva e individual	trabalhadores/as escravizados/as para produzir riqueza no Brasil colônia e império. Atividade assíncrona 6: Pesquisar sobre as principais expressões culturais afro- brasileiras (arte e cultura) produzidas pela população negra no Brasil.	postagem das tecnologias Google Jamboard coletivo para postagem das expressões culturais
10/11/2021	Civilizações africanas em Alagoas	6ª Aula síncrona remota	Google Meet
10 a 16/11/2021		Atividade assíncrona 7: Texto autoral individual respondendo às proposições: 1 - Identificar os primeiros grupos étnicos que construíram os engenhos, ocuparam e produziram riqueza em Alagoas; 2 - Mostrar porque a luta pela terra foi um dos principais motivos para a destruição do Quilombo dos Palmares.	Atividade para upload de textos no AVA Classroom
17/11/2021	Materiais didáticos: racismo, preconceito e discriminação	7ª Aula síncrona remota	Google Meet
17 a 23/11/2021		Atividade assíncrona 8: Fórum com: links de textos ou vídeos que elevem a autoestima dos estudantes afro-brasileiros.	Atividade do tipo “Pergunta simples”, no AVA Classroom
24/11/2021	Patrimônio cultural material e imaterial negro em Maceió	8ª Aula síncrona/ Aula de campo na Serra da Barriga, com todas as turmas	Aula de Campo
24 30/11/2021		Atividade assíncrona 9: Postar em um padlet o resultado da pesquisa sobre: O patrimônio negro material de Maceió; patrimônio imaterial negro de Maceió	Padlet coletivo, no formato mapa para postagem da pesquisa
01/12/2021	Educação Escolar e práticas antirracistas	9ª Aula síncrona remota	Google Meet
01 a 06/12/2021		Atividade assíncrona 10: Padlet coletivo para: inserção de vídeo/podcast que identifiquem práticas discriminatórias e preconceituosas no ambiente escolar e apresentem narrativas de experiências superando o racismo no ambiente escolar.	Padlet coletivo no formato grade, para inserção do relato
07/12/2021	Propostas de práticas pedagógicas antirracista para combater o racismo na	9ª Aula síncrona remota	Google Meet
07 a 26/12/2021		Atividade final: Entrega de um projeto de intervenção ou um plano de aula Propostas de práticas pedagógicas antirracista para combater	Atividade para upload de textos no AVA Classroom

	escola		
--	--------	--	--

Fonte: Autores, 2022.

Percebe-se pelo quadro 1 que o curso foi projetado para que a discussão se iniciasse sobre raízes africanas, apresentando a África, sua diversidade étnica e cultural e sua produção intelectual, base para o desenvolvimento da humanidade ao redor do mundo. Seguindo esse direcionamento, o Curso discutiu também sobre a herança africana no Estado de Alagoas e no município de Maceió. No primeiro encontro, realizado no dia 20 de outubro de 2021, na sede da Secretaria Municipal de Educação de Maceió, além das falas dos servidores do núcleo responsável pela oferta, houve também uma aula com o instrutor, que apresentou os objetivos do curso e ressaltou sua importância na disseminação dos conhecimentos africanos. O professor também destacou que

Os desafios da qualidade e da equidade da educação só serão superados se a escola for um ambiente acolhedor que reconheça e valorize as diferenças, não as transformando em um fator desigualdade. Buscamos garantir o direito de aprender e fazer da escola um lugar onde todos se sintam valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito e singularidade. (ARAÚJO apud MACEIÓ, 2021a).

Com essa compreensão de rever o processo de ensino-aprendizagem e projetar uma transformação social, o curso seguiu com aulas síncronas, mediadas pelo aplicativo Google Meet. Mesmo em formato remoto, os cursistas compareciam às aulas e interagiam. Observou-se nesses encontros um sentimento de identificação com o que estava sendo ministrado. Alguns relataram que, a partir daqueles conteúdos, conseguiam compreender situações que vivenciaram ao longo da vida, seja no ambiente familiar ou mesmo nos espaços de trabalho onde atuam como professores.

Além dessa parte subjetiva, a maioria dos cursistas também demonstravam surpresa diante de novos conhecimentos apresentados, já que, em toda a vida educacional, tiveram acesso apenas aos saberes eurocêntricos que compõem a maioria dos currículos escolares e dos livros didáticos. Um desses conhecimentos foi apresentado na aula 3, que tratou sobre o “Universo histórico e cultural Africano”. Para consolidar esse conteúdo, os cursistas foram orientados a pesquisar sobre os principais historiadores e filósofos africanos e os conhecimentos e tecnologias que os africanos criaram para a humanidade. Depois da pesquisa, criaram um padlet para compartilharem no ambiente AVA do curso.

Para cada turma foi criado um respectivo AVA para submissão dessas atividades e disponibilização dos materiais didáticos. Com uma média de 23 professores inscritos por turma, o curso totalizou 69 inscrições, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 - Quantidade de cursistas inscritos em cada turma

Turma	Inscritos	Concluintes	Porcentagem de conclusão	Projetos de intervenção ou plano de aula
Matutina	24	10	42%	9
Vespertina	23	8	35%	8

Noturna	22	8	36%	7
TOTAL GERAL	69	26	38%	24

Fonte: Autores, 2022. Com base nos dados dos relatórios finais.

O quadro 2 apresenta a quantidade total de concluintes e a porcentagem de conclusão. O baixo percentual de conclusão pode ter relação com o período de oferta do curso, por ser nos dois últimos meses do ano e os professores cursistas estarem com alta demanda de atividades em suas respectivas escolas. Isso pode indicar a necessidade de que gestores repensem a prioridade com a formação continuada dos docentes de suas redes, liberando-os para as formações e/ou considerando as formações como parte da carga horária de trabalho. Apesar do número baixo de concluintes, é necessário destacar que alguns cursistas não-concluintes participaram e contribuíram com as aulas síncronas/presenciais. Assim, embora não tenham realizado as atividades assíncronas, que garantiria 50% da participação, tiveram acesso ao conteúdo ministrado e passaram a repensar as nuances das questões étnico-raciais no país.

Alguns cursistas também demonstraram dificuldades com o uso das tecnologias digitais, já que o curso foi realizado em modo remoto. Vencendo os desafios com a tecnologia, eles/elas realizaram atividades criativas e reflexivas, ao mesmo tempo em que produziram materiais digitais que poderão servir como recurso para falar sobre diversidade em suas escolas. A figura 1 apresenta um exemplo de atividade realizada por uma das cursistas com o aplicativo Padlet.

Figura 1 - Exemplo de atividade criada por cursista durante o curso



Fonte: GOMES, 2021. Utilizado com autorização da cursista.

Em todas as propostas de atividades, os cursistas foram orientados a pensar na realidade das relações étnico-raciais presentes em suas escolas e a criarem atividades que pudessem ser aproveitadas nestes ambientes.

Com este fim, estabeleceu-se como atividade final a elaboração de um projeto de intervenção ou plano de aula que contemplasse a perspectiva do ensino de história afro-brasileira. Como

mostra o quadro 2, ao todo, 24 professores, conseguiram pensar em alguma prática de educação para as relações étnicas em suas escolas.

Um dos pontos culminantes do curso foi a realização da Aula de Campo, no dia 24 de novembro, na Serra da Barriga, localizada na cidade de União dos Palmares (AL), atualmente patrimônio cultural do Mercosul, onde se localizava a sede do Quilombo dos Palmares, território de resistência das populações negras à escravidão no Brasil colonial, sob a liderança de Zumbi dos Palmares. Apenas nesta sede habitavam cerca de 6 (seis) mil pessoas, entre africanos, indígenas e brancos empobrecidos. Segundo Araújo (2020, p. 41), “a sociedade palmarina foi uma recriação das experiências africanas em terras alagoanas”.

Sobre essa aula de campo, alguns cursistas ressaltaram sua importância, por sensibilizar sobre a temática, possibilitar releituras da história e proporcionar reflexões sobre suas práticas pedagógicas, além de contribuir para o crescimento pessoal. Uma das participantes, Maria Sandra Rodrigues, diretora da escola Municipal Sérgio Luiz Pessoa Braga, assim explicitou aquele momento:

Essas temáticas relacionadas à questão do ensino de história da cultura africana são temas que sempre despertam interesse tanto enquanto pessoa humana, enquanto profissional. Sou gestora de uma escola, e aprender mais sobre essa temática é uma oportunidade de saber melhor como sensibilizar toda a comunidade escolar, nos ajudando a promover ações pedagógicas, projetos para que possamos refletir sobre essa temática, provocando mudanças de pensamento e atitude de nossos alunos. (RODRIGUES apud MACEIÓ, 2021b).

Outro cursista que também emitiu a sua opinião foi Bruno Rogério Duarte da Silva, professor de artes da Educação para jovens, adultos e idosos (Ejai), e coordenador pedagógico na Escola Municipal Professora Neide de Freitas França. O professor ressaltou:

É muito prazeroso poder participar dessa formação continuada da Secretaria Municipal de Educação. A prática de aula de campo favorece uma aprendizagem significativa, principalmente num local como a Serra da Barriga, pois é um espaço que nós sentimos energia muito grande no campo da formação étnica brasileira. Ali foi o lugar de luta e resistência, e isso incide diretamente nas nossas práticas pedagógicas em sala de aula e pessoalmente. (SILVA apud MACEIÓ, 2021b).

Após conhecer aspectos históricos de Alagoas, que culminou com a aula de campo, os cursistas puderem voltar seus olhares para a capital, Maceió, e identificar nela os patrimônios materiais e imateriais negros, percebendo que a africanidade está presente em diversas partes do estado, além das práticas e costumes cotidianos vivenciados por todos, inclusive na linguagem, e que por vezes não se reconhece suas raízes.

Tendo percorrido todo esse caminho teórico e refeito seus olhares para a história do Brasil, de Alagoas e do município de Maceió, além da própria história identitária, os cursistas participaram do encerramento do curso no dia 07 de dezembro, com uma aula presencial no auditório da Semed/Maceió. Foi um momento ímpar para rever todo o percurso trilhado e destacar os conhecimentos e aprendizagens compartilhadas. Tal como na aula inaugural, o evento foi aberto com uma dança típica da cultura africana e, após, seguiu as falas da equipe

pedagógica, dos coordenadores do curso e dos cursistas. Sobre isso, o instrutor do curso destacou:

A Educação [Secretaria Municipal de Educação] iniciou algo inédito no estado, uma política antirracista. Nosso curso teve como linha condutora a criação da política antirracista na Educação, não fizemos um curso para denunciar racismo pois isso fazemos no dia a dia, iniciamos a partir da nossa origem” [...] “Visitamos os nossos livros didáticos como são nossas representações e finalizamos no Brasil, na Serra da Barriga, mas tudo isso acompanhado de algo que é o objetivo do curso: tornar as lições em algo prático. Nosso objetivo era que tivéssemos práticas pedagógicas antirracistas, e acredito piamente que a secretaria conseguiu realizar isso. (ARAÚJO apud MACEIÓ, 2021c).

Como ressalta o professor, não era objetivo do curso denunciar o racismo, mas construir práticas antirracistas e vislumbrar uma sociedade diferente, que respeite a diversidade e compreenda a importância do outro em sua própria existência. Algumas dessas possíveis práticas foram delineadas, ao menos teoricamente, nos projetos de intervenção ou plano de aula elaborados pelos cursistas ao final do curso. Como já mostrado no quadro 2, ao todo foram apresentadas 24 práticas interventivas. Assim, embora não tenha sido possível ver sua implementação nas respectivas escolas, o curso conseguiu mobilizar professores para pensarem em alguma intervenção em seus espaços de trabalho.

Considerações finais

Discutir e aprender sobre diversidade étnico-racial é sempre um desafio em um país marcado pelo racismo estrutural. O processo de desconstrução pessoal e reconhecimento do pertencimento étnico-racial é longo, por isso é tão importante falar sobre isso desde a mais tenra idade, como na educação infantil. A educação para a diversidade étnico-racial pode prospectar novas formas de sociabilidade, com respeito e inclusão, mas isso só será possível com a atuação de toda a sociedade, inclusive nas práticas docentes em instituições de ensino, onde o racismo se materializa cotidianamente. Para além de identificar o racismo é preciso construir práticas antirracistas. Este curso constitui-se como uma dessas práticas.

Além do desafio do diálogo neste tipo de formação, o curso “Conhecendo a África e fortalecendo a nossa identidade”, precisou ser adaptado com o uso de interfaces digitais. Desta forma, o letramento digital da equipe pedagógica e dos cursistas também foi outro desafio a ser enfrentado. Vencendo os desafios com a tecnologia foi possível a realização de atividades criativas e reflexivas, ao mesmo tempo em que se produziu materiais digitais que poderão servir como recurso para que professores e demais profissionais da educação possam falar sobre diversidade com os seus respectivos alunos.

O curso além de possibilitar um conhecimento ampliado da diversidade histórica, cultural e linguística da herança africana que compõe a formação social brasileira, desafiou todos a aprenderem também a utilizar tecnologias nas práticas pedagógicas, mostrando que podemos ser Ubuntu em qualquer lugar e nos mais diversos espaços. Ressalta-se, no entanto, a

necessidade de que gestores reconheçam a importância deste tipo de capacitação para seus docentes, incentivando-os e liberando-os para participarem.

O curso proporcionou olhar não apenas para a história e cultura do país e do estado, mas também para dentro de cada um e de suas raízes familiares, pois nos depoimentos ao longo das aulas síncronas, assim como nos encontros presenciais, percebeu-se o sentimento de identificação pessoal dos cursistas com o que era retratado. Alguns correlacionam os conteúdos discutidos com o que vivenciaram em suas histórias de vida e passavam a compreender o porquê de algumas práticas sociais. Nesse sentido, para além de alcançar o objetivo de conhecer a história da África e dos afrodescendentes brasileiros, com seus conhecimentos e filosofia, alcançou-se o objetivo de fortalecer a nossa identidade, com base principalmente na ética ubuntu de que nós somos porque somos todos nós.

Referências bibliográficas

ALAGOAS. Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos do Estado de Alagoas. **Dados Estatísticos sobre a População Negra em Alagoas**. Semudh, Maceió, 26 nov. 2018. Disponível em: <http://www.mulherdireitoshumanos.al.gov.br/noticia/item/1992-relatorio-tecnico-dados-estatisticos-sobre-a-populacao-negra-em-alagoas>. Acesso em: 2 abr. 2022.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Escolas por tipo de ensino. **Alagoas em Dados e Informações**. Maceió: SEPLAG, [2021]b. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/dados-da-educacao-dos-municipios-alagoanos/resource/94be057a-0a52-4edc-b406-2d5c9bc378aa>. Acesso em: 6 abr. 2022.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Perfil dos Municípios Alagoanos**. Alagoas em Dados e Informações. Maceió: SEPLAG, [2021]a. Disponível em: <https://is.gd/PerfilMunicipal>. Acesso em: 6 abr. 2022.

ALBUQUERQUE, J. Alagoas lidera ranking de letalidade da população negra no Brasil. **Negrê**, Alagoas, Maceió, 19 out. 2020. Disponível em: <https://negre.com.br/alagoas-lidera-ranking-de-letalidade-da-populacao-negra-no-brasil/>. Acesso em: 2 abr. 2022.

ARAÚJO, Z. **Quilombo dos Palmares**: negociações e conflitos. Arapiraca: CESMAC, UNEAL, 2020.

BATISTA, L. E.; PROENÇA, A.; SILVA, A. Covid-19 e a população negra. **Interface**, Botucatu, v. 25, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.210470>. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/icse/a/RRgJnJCTpsXFZYRhCGykzJb/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**, altera a lei nº 9.394 [...] para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-

Brasileira" [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 31 mar. 2022.

CAVALCANTE, K. L. Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano. **Revista Semiárido De Visu**, Petrolina, v. 8, n. 2, p. 184-192, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ifsertao-pe.edu.br/ojs2/index.php/semiariidodevisu/article/view/1094>. Acesso em: 28 dez. 2022.

GOMES, M. G. C. **A verdadeira África** - padlet criado no Curso Conhecendo a África e fortalecendo a nossa identidade. Disponível em:
<https://padlet.com/gracagomes/z6doaa8pm28q6piv>. Acesso em: 7 abr. 2022.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Maceió**. [S. l.]: IBGE, [2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>. Acesso em: 6 abr. 2022.

LIMA, J. R. O ensino de história afro-brasileira frente ao “Novo” Ensino Médio: formação de professores e efeitos de silenciamento. In: Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas (EPEAL), 9, 20-29 nov. 2019, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: [s. n.], 2020. ISSN 1981-3031. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/ixepeal/trabalho/125519>. Acesso em: 27 dez. 2022.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. Assessoria de Comunicação. **Educação encerra curso sobre a história da África com apresentações e discursos**. Maceió: Ascom/Semed, 07 dez. 2021c. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/semmed/educacao-municipal-lanca-curso-sobre-a-historia-da-africa-para-servidores>. Acesso em: 27 dez. 2022.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. Assessoria de Comunicação. **Educação Municipal lança curso sobre a história da África para servidores**. Maceió: Ascom/Semed, 20 out. 2021a. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/semmed/educacao-municipal-lanca-curso-sobre-a-historia-da-africa-para-servidores>. Acesso em: 27 dez. 2022.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. Assessoria de Comunicação. **Educação promove momento de aprendizagem na Serra da Barriga**. Maceió: Ascom/Semed, 28 nov. 2021b. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/semmed/educacao-promove-momento-de-aprendizagem-na-serra-da-barriga>. Acesso em: 27 dez. 2022.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 62, p. 20-31, dez. 2015. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/107184>. Acesso em: 2 abr. 2022.